

PARECER JURÍDICO

Assunto: Dispensa de Licitação para aquisição de móveis que guarnecerão o prédio anexo deste Parlamento local.

EMENTA: DISPENSA DE LICITAÇÃO. ARTIGO 24, II, DA LEI 8666/93. CONTRATAÇÃO DIRETA. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE BENS MÓVEIS PARA CÂMARA MUNICIPAL DE CRISTINÁPOLIS. POSSIBILIDADE.

A Comissão Permanente de Licitações encaminhou para análise desta Assessoria Jurídica, justificativa e minuta de contrato para aquisição bens móveis que guarnecerão o prédio anexo deste Parlamento local orçado no valor global de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) dispensa de licitação, nos termos previstos no art. 24, inciso II, da Lei n 8.666/93 e alterações legais subsequentes.

A legislação de regência acima apontada estabelece em seu art. 24, inciso II, *ipsis litteris*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Os doutrinadores justificam a hipótese de dispensa de licitação, pelo critério valor, na circunstância de o custo de um procedimento licitatório ser superior ao benefício que dele poderia ser extraído.

A respeito do assunto, vejamos a opinião do professor **Jorge Ulisses**

Jacoby Fernandes:

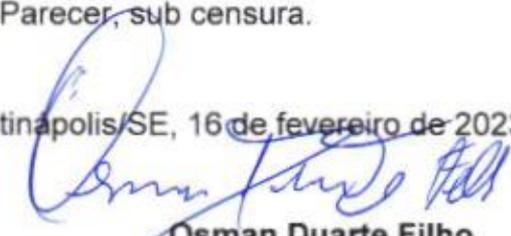
“O reduzido valor do objeto a ser contratado colocaria em conflito o princípio da licitação e o da economicidade, ensejando um gasto superior à vantagem direta aferível pela Administração, decidindo o legislador, à vista do interesse público, a prevalência do segundo”.

O parlamento, por sua vez, necessita comprar bens móveis para iniciar a utilização do seu novo prédio que se encontra pronto para uso.

Diante de tal situação, afigura-se regular a presente contratação através de dispensa, nos termos previstos no art. 24, inciso II da Lei de Licitações, verificada a disponibilidade orçamentária e financeira para seu devido custeio.

É o Parecer, sub censura.

Cristinápolis/SE, 16 de fevereiro de 2023



Osman Duarte Filho
ASSESSOR JURÍDICO- OAB/SE n. ° 8538